

GLOBO - 1 JUN 1986

Ass. Constituinte

## Propostas da Comissão Arinos sobre o estado de sítio recebem críticas

BRASÍLIA — As propostas aprovadas pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais sobre o tema "Defesa do Estado e das instituições democráticas", mais exatamente os dispositivos referentes ao estado de sítio e estado de alarme, não correspondem a um real avanço democratizador. A opinião é de parlamentares representativos das diversas tendências ideológicas do Congresso que, com exceção do Líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ) — que acha que o assunto merece novos debates —, apresentaram reparos à proposta da comissão.

A pedido do GLOBO, os deputados Amaral Netto, João Gilberto (PMDB-RS), Alberto Goldmann (Líder do PCB na Câmara), Alvaro Valle (Líder do PL) e Fernando Lyra (PMDB-PE) estudaram e comentaram o capítulo aprovado pela comissão. Apesar de discordarem de alguns dispositivos, os parlamentares consideraram a proposta um bom ponto de partida e contribuição para discussão na constituinte.

A principal objeção às propostas relativas às medidas de exceção, como explica João Gilberto, é a "grave distorção" de o Congresso não poder analisar posteriormente a execução das medidas do estado de sítio e de alarme. O projeto dispõe que, se rejeitado pelo Congresso — quando submetido ad referendum, o estado de sítio cessará imediatamente, mas "sem prejuízo de validade dos atos praticados durante sua vigência".

— Isto permite que qualquer arbitrariedade que tenha excedido completamente as finalidades do estado de sítio não poderá ter responsabilidades apuradas e efeitos corrigidos

— afirma João Gilberto, acrescentando que, neste ponto, "o cidadão está muito mais garantido pela atual Constituição".

Goldmann também concorda com este ponto de vista, sugerindo a inclusão de dispositivo permitindo a apreciação destes atos que, em caso de desaprovação do Congresso, sujeitariam o presidente da República a crime de responsabilidade. O ex-Ministro da Justiça Fernando Lyra vai mais longe, entendendo que deve haver apenas uma medida de exceção, o estado de sítio, decretado e controlado pelo Congresso.

Alvaro Valle apresentou também objeções semânticas, entendendo que o nome "estado de alarme" pode sugerir pânico para a população e insinuar uma situação de terror indevido. Para o Deputado, é positiva a sugestão da comissão de que o Congresso passe a fixar os objetivos nacionais permanentes, em vez do Conselho de Segurança Nacional, "mas o projeto poderia ter aprofundado a análise do conceito de segurança nacional".

— O projeto diz o óbvio ao afirmar que cabe ao Congresso fixar os objetivos nacionais, mas ainda traz uma concessão à doutrina da segurança nacional, hoje ultrapassada — disse.

O trabalho da Comissão Arinos prevê para as forças Armadas a tarefa de defesa externa, ao lado da garantia do respeito aos poderes constitucionais. Fernando Lyra, Alvaro Valle e Alberto Goldmann não concordam, entendendo que o papel das Forças Armadas deve limitar-se à defesa da soberania externa do País, sem ingerência nos assuntos internos. Eles concordam, no entanto, com a submissão das Forças Armadas ao poder civil, proposta pela

comissão.

João Gilberto acha que o tema deve ser melhor estudado, levantando hipóteses em que poderia ser necessária para o País a atuação das Forças Armadas no âmbito interno. Amaral Netto, explicando que "o PDS não faz da segurança nacional uma ideologia que leve ao máximo a segurança do Estado em detrimento do cidadão", entende que o Estado deve ter medidas de autodefesa, "para dar pronta resposta à possível agressão das minorias revolucionárias".

— Aprovamos a sugestão da comissão para mudar a conceituação da segurança nacional, mas deve ser ressaltado o trecho do relatório que diz que não se pretende trocar "a anterior obsessão com a segurança interna" pela aversão à segurança interna, como parece estar na cabeça de muitos liberais suicidas ou mal-intencionados.

— Acho que a questão da segurança nacional passa por uma mudança de filosofia, para que ela seja voltada para a defesa do cidadão — afirma Fernando Lyra, que em sua gestão no Ministério da Justiça tentou acabar com a Lei de Segurança Nacional, substituindo-a por uma Lei de Defesa do Estado e do Cidadão.

Um outro item que não obteve a concordância dos deputados foi a instituição do serviço militar feminino. Em sua opinião, o assunto precisa ser submetido a amplo debate nacional antes de ser incluído na nova Carta. Alvaro Valle, por exemplo, acha que a medida deve ser precedida de uma conscientização da opinião pública e de uma mudança na realidade agrária, já que corre o risco de não ser aceita pelas mulheres das áreas rurais.